

## **MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS: A SOCIEDADE BRASILEIRA EM AÇÃO NA DÉCADA DE 1980**

Jadir Peçanha Rostoldo\*

### **1. INTRODUÇÃO**

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram um dos períodos mais importantes da história do país no que diz respeito às lutas, movimentos e novos projetos para o Brasil. A rearticulação da sociedade civil e a união das forças de oposição política levaram a sociedade um clima de esperança, de necessidade da retomada da democracia e da participação de todos nas decisões sociais e políticas. O povo passou a acreditar que organizado poderia promover mudanças, se tornando um sujeito histórico fundamental na transição democrática. A década de 1980 foi o período mais repleto de movimentos e lutas sociais no Brasil, devido à intensa movimentação social, das mudanças na conjuntura política e econômica, e pela dimensão dos problemas sociais. As lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento social e a necessidade de mudanças. (GOHN, 1995).

Neste trabalho vamos apresentar os movimentos sociais na década de oitenta, excluindo o movimento sindical por este merecer uma pesquisa a parte. Mostraremos que os movimentos reivindicatórios ocorreram, principalmente, no meio urbano e que alteraram seu enfoque econômico dominante. Constatamos que houve um sensível aumento da participação popular, onde o povo assumiu seu papel de sujeito histórico. Acreditamos que na década de oitenta a sociedade não lutou apenas por melhorias econômicas, mas por melhores condições de vida, por liberdade e democracia.

### **2. OS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS AMPLIAM SEUS OBJETIVOS**

Segundo Doimo (1995), os movimentos sociais no Brasil, pós 70, se pautaram, principalmente, sobre as carências de sobrevivência imediata da população, porém a reflexão teórica produziu diversas interpretações que buscaram identificar qual seria a natureza desses novos movimentos, quais suas chances de sobrevivência e continuidade, e como avaliá-los. Neste contexto, surgiram três matrizes interpretativas que destacamos sob o enfoque da capacidade ativa e autônoma da sociedade:

---

\* Historiador e Mestrando em Economia pela UFES. Professor do Grupo Novo Milênio.

- A inflexão estrutural-autonomista, que buscava a origem das ações em dois postulados básicos: as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito principal da sociedade capitalista, na medida em que são determinadas pelo caráter classista do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia de reprodução da força de trabalho; a sociedade civil tem uma capacidade ativa no sentido de organizar-se autonomamente contra a tradição política autoritária, especialmente o regime autoritário. Impulsionados por essas premissas, surgem os novos movimentos sociais para, como novos sujeitos coletivos, autônomos e independentes, protagonizarem a possibilidade de transformação das relações capitalista de produção;
- A inflexão cultural-autonomista (1982-1983), que criticava o reducionismo do modelo anterior e buscava o sentido das ações no campo das experiências, recusando a idéia de sujeito único (o movimento, o partido, etc.), que negava a premissa que estabelecia por antecipação a homogeneidade da classe, e que pregava a descrença na eficácia de ideologias externas, trazendo à tona a pluralidade de sujeitos. Negligenciando os aportes institucionais, os movimentos foram saudados como novos sujeitos políticos, com uma nova identidade sócio-cultural, construindo um projeto político para a transformação social e radical renovação da vida política;
- O enfoque institucional, que contrariando as premissas anteriores, defendia que as ações não eram tão anti-Estado ou contra-o-Estado, na verdade o que havia era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde o Estado poderia ser amigo ou inimigo, dependendo dos interesses e da ótica cultural.

As duas primeiras idéias, apesar das divergências, foram hegemônicas até meados dos anos 80, afinadas com o discurso e os desejos dos atores das ações, onde os movimentos sociais tinham o *status* de sujeitos capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, em prol da autonomia e dos direitos. No caminho da transição conservadora à democracia, através de um pacto entre as elites políticas, ganhou força a terceira tendência, onde o alcance dos movimentos estaria reservado à ampliação dos direitos de cidadania, ao invés das radicais mudanças estruturais das relações capitalistas. O que esta análise nos mostra é o crescimento, e principalmente, a mudança de atuação e importância dos movimentos sociais na década de 80, que deixaram sua roupagem econômica dominante, e passaram a atuar sob o enfoque heterogêneo na sociedade, baseando-se na força da mesma enquanto sujeito social e histórico, seguindo uma dinâmica independente da econômica.

a novidade fundamental dos novos impulsos movimentistas da sociedade contemporânea está precisamente no fato de se originarem fora da esfera

produtiva e dos canais convencionais de mediação política, em espaços fortemente marcados por carências referidas ao vertiginoso crescimento e crise do Estado capitalista. (DOIMO, 1995, p. 50).

Os movimentos sociais populares na década de 1980, no Brasil, não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por “democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social.” (DOIMO, 1995, p.63).

No fim dos anos 1970 e início dos 1980 os movimentos sociais urbanos definiram suas lutas e construíram sua identidade social, assumindo sua dimensão urbana, tanto no enfrentamento dos governos locais quanto na possibilidade de atendimento das expectativas da população. Organizaram-se federações estaduais e municipais de associações de moradores que tinham o Estado como seu opositor, e ao mesmo tempo único interlocutor. Esses movimentos trabalhavam como se fossem alternativas ao poder político, pois o Estado era visto como inimigo não como parceiro, devido a não atender as demandas coletivas pelo fim das desigualdades sociais. Sendo assim, os movimentos sociais urbanos se constituíram no sujeito social da democratização da gestão urbana. (COELHO, 1996).

Os movimentos populares de reivindicação urbana, que começaram a se expandir na década de 70, nos anos 80 ganharam nova roupagem e se expandiram, mostrando grande vitalidade. Essa situação pode ser representada pela expansão da literatura produzida por eles, pelo grande aumento de Organizações Não Governamentais (ONGs) que os assessoravam, pela extensão e vitalidade da rede que os unia, e pela ampliação dos órgãos colegiados com participação popular nas administrações públicas. Esses movimentos, na década de 80, aumentaram sua estrutura e mudaram seu perfil, tornando-se setoriais (saúde, moradia, etc.), porém, mantiveram-se interligados numa rede solidária, sustentada por alguma igreja ou pelas ONGs. Através de pródigos movimentos civis, os segmentos da sociedade marcaram seu espaço e se fizeram presentes nesse período, apesar da criação de canais institucionais destinados a cooptar a vontade civil. (CARDOSO, 1995).

Cardoso (1995), argumenta que a participação popular aumentou sensivelmente nos anos 1980, abrindo novos canais de diálogo entre o Estado e sociedade, fazendo com que suas demandas ganhassem legitimidade e gerassem resultados, incorporando novos atores na cena política que trouxeram uma visão renovada de justiça social. Esses movimentos alteraram as ações diretas de pressão sobre o poder executivo e a forma de apresentar e legitimar interesses coletivos frente ao poder legislativo, representando indicadores de democratização das instituições políticas.

### **3. O POVO COMO SUJEITO DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA**

No universo dos novos movimentos sociais a idéia do povo como sujeito de sua própria história adquiriu considerável força entre os anos 70 e meados dos anos 80, aparecendo intensamente no discurso de diversos atores sociais relevantes: a Igreja Católica, o ecumenismo, segmentos da intelectualidade acadêmica e agrupamentos de esquerda. Esses atores, ao interpretar as estruturas do período conectadas as influências intelectuais e correntes européias do pensamento, estabelecendo um diálogo crítico com a autoritária cultura política brasileira, e resgatando e revalorizando diversos traços da cultura brasileira, recuperaram a capacidade ativa do povo, colocando-o como centro da elaboração teórica e personagem central da vida política. Em nenhum outro período, as idéias de povo e de participação popular tiveram tanta significação positiva no pensamento sociológico de esquerda. Inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, onde somente ele, de baixo para cima, poderia produzir as necessárias transformações históricas. Sendo assim, apartado do Estado, das instituições de representação política, das vanguardas e de qualquer controle centralizado, a voz do povo passou a ser ouvida na década de 70 e se estendeu a década de 80 (DOIMO, 1995). Que década perdida foi essa onde o povo readquiriu sua capacidade de participação ativa como sujeito histórico? Onde se colocou como motor das transformações essenciais em busca de uma sociedade mais igualitária e justa. Nos parece mais uma década de mudanças e não perdida.

Essa recuperação da capacidade ativa do povo veio referendada por vários segmentos da sociedade. Os intelectuais conferiram legitimidade ao discurso, que pode ser representado a partir da definição de sujeito coletivo por Sader (apud DOIMO, 1995, p.78) como “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. A igreja católica contribuiu com sua própria institucionalidade organizativa, material e simbólica, influenciando diretamente às relações sócio-política. O ecumenismo secular e a nova esquerda também trabalharam em prol da afirmação do povo como sujeito de sua própria história, sujeito este que foi fundamental no novo contexto histórico de pressões sociais, apelos ideológicos, e de esperança em busca da transformação social.(DOIMO, 1995)

Para Doimo (1995, p.124), o período de 1975 a 1990, foi o

tempo da “vez e voz do povo”, [onde] o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o

sujeito realizador da democracia de base e direta e proponente de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais.

Essa objeção à institucionalização política em prol do popular mostra a capacidade de se contrapor a tradição política autoritária, ou seja, ao clientelismo do período coronelista, a manipulação de massas do período populista, ao assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar. Por outro lado, quando esses movimentos reivindicavam seus direitos, requeriam ao mesmo tempo, uma instituição política, pois só através dela era possível afirmá-los. Essa contradição foi característica nos movimentos populares, que provenientes de diferentes práticas e universos sociais lutaram em prol de mudanças e melhorias sociais, criando um verdadeiro ciclo movimentalista no período.

Os anos 1980 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania do povo brasileiro. A eclosão de inúmeros movimentos sociais em todo o país, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas ratificam esta afirmativa. O período, que ficou conhecido como “década perdida” em termos econômicos, foi altamente positivo tanto político como culturalmente, segundo Gohn (1995, p. 123) “A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais”. Baseados em levantamentos realizados pela autora, listamos alguns dos principais movimentos, lutas e eventos do período, que representaram as ações dos homens como motores básicos das mudanças sociais:

- ANO – 1979: Movimento dos Transportes Coletivos; Criação do Movimento dos Sem-Terras; Movimento das Favelas.
- ANO – 1980: Criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); Criação do Partido dos Trabalhadores, recriação do MDB, e outros partidos nacionais.
- ANO – 1981: Movimento dos trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais; Movimento Assembléia do Povo.
- ANO – 1982: Criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).
- ANO – 1983: Movimento de Desempregados em São Paulo; Onda de Saques em Supermercados e Lojas; Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul.
- ANO – 1984: Movimento Diretas-Já; Criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH); Movimentos dos Assentamentos Rurais.

- ANO – 1985: Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; Movimento pela Constituinte; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR.
- ANO – 1986: Criação do Movimento dos Inquilinos Intranquilos; Movimento dos Proprietários Locadores de Imóveis.
- ANO – 1987: Criação da União dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo; Criação da União Democrática Ruralista (UDR).
- ANO – 1988: Promulgação da Nova Constituição; Movimento em Defesa da Escola Pública.
- ANO – 1989: Criação da Pró-Central dos Movimentos Populares; Recriação do Movimento pela Reforma Urbana.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos reivindicativos, apesar de seu caráter diverso, fragmentado e localizado, apresentaram certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, durante o período de 1975 a 1990. Essa evolução, é outra constatação importante da força e presença da sociedade na definição do destino e dos caminhos tomados pelo Brasil na década de 80. O Movimento de Moradia (MOM) teve seu início nos anos 60, se fortaleceu nos anos 70 e no final da década de 80 ganhou dimensão nacional, lutando pela aprovação de um projeto de lei de iniciativa popular referente a um possível fundo nacional de moradia popular e visando alterações na legislação relativa ao solo urbano e à moradia popular. O Movimento de Luta Contra o Desemprego (MCD), galgou considerável crescimento até metade da década de 80, fortemente baseado na igreja católica e secundariamente pelas ONGs. O Movimento de Saúde (MOS) nasceu na década de 70 e se firmou na década de 80, inclusive articulando-se nacionalmente, em seu início abraçou uma tendência baseada nas pastorais de saúde da igreja católica, ao longo dos anos 80 se firmou através do movimento de reforma sanitária, que visava definir novos rumos às políticas sociais de saúde, e do movimento popular de saúde, que lutava pela organização de redes movimentistas locais com práticas autônomas e independentes. O Movimento de Transporte Coletivo (MTC) teve ramificações por todo o território nacional e interagiu ativamente com a esfera institucional, tendo uma participação menor da igreja e maior de militantes da esquerda, se iniciou em meados dos anos 70 e alcançou seu momento mais expressivo em meados dos anos 80, influenciando inclusive a Constituinte.(DOIMO, 1995).

Esses movimentos representaram a reação da sociedade em busca das carências que afetavam sua sobrevivência imediata no espaço urbano: falta de moradia, desemprego, déficit de saúde pública e precariedade de transporte coletivo, além de demonstrarem diferentes condutas, diretamente relacionadas com o momento histórico-político vigente. No final da década de 70, no

crepúsculo do regime militar, as mobilizações funcionaram como meio de pressão sobre o sistema de decisões, mobilizando os ânimos por transformações estruturais; na década de 80, período da abertura política e consolidação democrática, os movimentos visavam reformas e readequações estruturais, requisitando o Estado como provedor em prol de respostas positivas as demandas coletivas. Levando em consideração que esses movimentos tiveram uma atuação ampliada, reivindicando por um lado postos de saúde, linhas de ônibus, glebas de terra, casas populares e frentes de emprego, e por outro, também tocaram na institucionalização de políticas públicas, como o seguro desemprego, reforma urbana, descentralização da saúde e estatização dos transportes urbanos, além de mexer com o sistema de representação de interesses, lutando pela criação dos conselhos na área de saúde e pela criação do fundo de moradia popular, não podemos considerá-los como simples reação ao regime militar ou movimentos de cunho econômico. Foram, na verdade, movimentos transformadores de uma sociedade insatisfeita em busca de dias melhores, o caminho trilhado para a cristalização do povo como sujeito de sua própria história. (DOIMO, 1995).

## 5. REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ruth C. L. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). Lições da década de 80. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 193-200.

COELHO, Franklin D. História urbana e movimentos sociais: o movimento de reforma urbana (1950-1990). 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 1996.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

GOHN, Maria da G. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.